

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
_____ **VARA CÍVEL** DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA
DE BRASÍLIA-DF

Distribuição por conexão (dependência) aos
Autos n°. _____

_____, brasileiro, estado civil, filiação,
portador do RG n. _____ SSP/___ e do CPF/MF n._____,
domiciliado(a) na _____, _____,
CEP: _____, telefone(s): _____, por intermédio da
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, que
lhe representa no processo principal (v. acima), vem à
presença de Vossa Excelência, apresentar

EMBARGOS DE TERCEIRO
(com pedido de concessão de efeito suspensivo e
de deferimento de medida liminar
sem audiência da parte contrária)

em face de _____, pessoa jurídica de direito
privado, inscrita no CNPJ sob o n. _____, com

sede (ENDEREÇO), representado em Juízo pelo seu advogado, dr. _____, portador da OAB/DF n. _____, com escritório profissional no _____(ENDEREÇO).

I. RESUMO FÁTICO:

Trata-se de embargos do terceiro tendo por objeto a r. decisão interlocutória proferida pelo egrégio Juízo da _____ Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Brasília-DF, nos autos do processo de execução n. _____.

O processo de execução foi apresentado por **(exequente)**. em face de **(executado)**, com o objetivo de promover a cobrança de dívida consubstanciada em **duplicata de prestação de serviços**, com o valor de **R\$_____ e com vencimento em __/__/20__** (cf. cópias da petição inicial e das cártulas de cheque anexas).

A pedido do exequente, foi determinada a penhora do **automóvel Ford Fiesta Flex, ano 2007/2008, placa _____** (como demonstram os documentos anexos).

O ora embargante compareceu na sede da Defensoria Pública em 03 de junho de 2016, constituiu este Órgão para realizar sua defesa técnica e solicitou vista dos autos para obter informações sobre as medidas realizadas (fl. 430 dos autos originais).

II. RECONHECIMENTO DA CONEXÃO:

De acordo com o artigo 676, do CPC/2015, os presentes embargos de terceiro deverão ser distribuídos por dependência ao Juízo que ordenou a constrição. Os presentes embargos deverão ser autuados em apartado juntamente com as cópias que instruem esta petição e deverão ser apensados ao processo principal.

III. **ADMISSIBILIDADE DOS EMBARGOS:**

O cabimento dos embargos de terceiro exsurge do disposto no art. 674, do CPC/2015, do Código de Processo Civil: “Quem, não sendo parte no processo, sofrer constrição ou ameaça de constrição sobre bens que possua ou sobre os quais tenha direito incompatível com o ato construtivo, poderá requerer seu desfazimento ou sua inibição por meio de embargos de terceiro”.

A tempestividade dos embargos de terceiro advém do referido pelo 675 do CPC/2015: Os embargos podem ser opostos a qualquer tempo no processo de conhecimento enquanto não transitada em julgado a sentença e, no cumprimento de sentença ou no processo de execução, até 5 (cinco) dias depois da adjudicação, da alienação por iniciativa particular ou da arrematação, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta”. Ainda não houve a adjudicação ou alienação ou arrematação do bem penhorado, razão pela qual a demanda é tempestiva.

De acordo com o art. 677, § 4º, do CPC/2015, a legitimidade passiva *ad causam* para responder aos embargos de terceiro é do sujeito a quem o ato de constrição

aproveita, assim como o será seu adversário no processo principal quando for sua a indicação do bem para a constrição judicial.

No presente caso, a indicação do bem à penhora foi promovida pelo próprio exequente, razão pela qual apenas este figura como réu da demanda.

IV. RAZÕES PARA A RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO EMBARGADA:

Objetiva-se a desconstituição da penhora dos direitos sobre o **automóvel _____, ano _____, placa _____**, promovida por esse egrégio Juízo (fl. **428** dos autos do processo de execução, cuja cópia segue anexa).

A razão do pedido consiste no fato de que a parte embargante adquiriu a propriedade do referido bem em 03/12/2014, mediante contrato de compra e venda celebrado com o executado (NOME), tendo, para tanto, efetuado o pagamento da importância de R\$ (_____). A comprovação desse negócio jurídico é feita pelos documentos anexos à presente petição, em especial a procuração que cedeu os direitos sobre o bem para a parte embargante.

Portanto, os direitos sobre o bem que foram constritos por ordem judicial proferida por esse egrégio Juízo não são de titularidade da parte executada, mas da parte ora embargante.

É imperioso ressaltar que, enquanto a alienação do bem foi feita na data acima mencionada, a penhora sobre o bem somente foi determinada em **01/06/2016** (v. fl. 427 dos autos principais, cuja cópia segue anexa).

Não paira nenhuma dúvida de que a parte embargante adquiriu o bem objeto da constrição que almeja desconstituir **antes do registro da penhora incidente sobre o bem**. Ademais, é lúdima a sua boa-fé na aquisição do bem, mediante pagamento de quantia ao executado. Não houve fraude à execução.

Fixadas essas premissas, é oportuno destacar que, como professam a doutrina e a jurisprudência hegemônicas, a fraude à execução, na hipótese de alienação de bens, pressupõe que a aquisição ocorra na pendência de processo de execução contra o alienante capaz de reduzi-lo à insolvência (*eventus damni*) e que o adquirente efetivamente saiba de tal circunstância (*consilium fraudis*) ou que devesse dela saber, em razão de a transferência do bem ao adquirente ter sido antecedita por registro da penhora feito pelo credor do alienante (*scientia fraudis*).

Tal entendimento possui salvaguarda expressa no enunciado sumular n. 375, do Superior Tribunal de Justiça: "O reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente."

Logo, constatada a inexistência de registro de constrição judicial sobre o bem na data da sua alienação e o

fato de o adquirente do bem não ter conhecimento da existência de execução em face do alienante, deve ser afastada qualquer perspectiva de fraude à execução.

Não há que se cogitar de má-fé da adquirente, ora embargante, na hipótese em que a **aquisição** do bem penhorado ocorreu muito **antes** do registro da penhora sobre o bem.

V. RAZÕES PARA O DEFERIMENTO DE MEDIDA LIMINAR *INAUDITA ALTERA PARTE*:

Forte nessas considerações que demonstram **relevantes razões fáticas e jurídicas para o provimento do pedido da parte embargante**, (1) por estar ancorado em precedentes jurisprudenciais dessa Corte e do Superior Tribunal de Justiça, (2) para evitar **prejuízos graves** à parte embargante – que pode restar privada da utilização do bem penhorado, ocasionando inequívoco dano à si e à sua família – e (3) para impedir dano grave e de difícil reversão, caso o bem penhorado seja alienado judicialmente ou extrajudicialmente ou mesmo adjudicado pela parte credora, é fundamental a concessão de **efeito suspensivo parcial aos presentes embargos**, para impedir a prática de atos de disposição patrimonial e de despojamento da posse do embargante sobre o bem penhorado mencionado nesta demanda, independentemente da intimação da parte contrária para apresentação de resposta.

O pedido possui amparo expresso no artigo 678, do CPC/2015: “A decisão que reconhecer suficientemente

provado o domínio ou a posse determinará a suspensão das medidas constritivas sobre os bens litigiosos objeto dos embargos, bem como a manutenção ou a reintegração provisória da posse, se o embargante a houver requerido”.

Cumpre ressaltar que, em razão da ordem de constrição emitida por esse Juízo, o veículo foi apreendido pelo DETRAN/DF. Para que a parte embargante possa retirar o veículo do pátio da Autarquia, é necessário o levantamento da ordem de bloqueio de circulação do veículo e a reintegração provisória da parte embargante na posse do bem.

Assim, considerando-se os fatos acima narrados, a configuração de prejuízo à parte embargante em razão da constrição do bem promovida por esse Juízo, assim como a existência de documento apto a demonstrar a transferência da propriedade do veículo para a parte embargante muito antes da ordem de constrição ora questionada, pede-se a suspensão liminar da medida constritiva ora questionada.

VI. PEDIDOS:

Diante do exposto, a parte embargante postula:

a) o recebimento, processamento e autuação destes embargos de terceiro, bem como a concessão dos benefícios da gratuidade de justiça, por declarar que não possui condições econômico-financeiras de suportar os custos do processo e a constituição de advogado (cf. declaração de hipossuficiência anexa);

b) a concessão de efeito suspensivo para evitar o prosseguimento do processo de execução no tocante a atos de disposição patrimonial e de despojamento da posse do embargante sobre o bem objeto da penhora embargada, bem como a suspensão liminar da medida constritiva ora questionada, com a consequente expedição de mandado de manutenção da posse do bem em favor da parte embargante;

c) no caso de indeferimento deste pedido, a designação de audiência preliminar de justificação das alegações de propriedade e de posse sobre o bem objeto da penhora embargada (artigo 677, prg. 1º, do CPC/2015), a fim de que sejam deferidos os pedidos acima mencionados;

d) a citação da parte embargada, via DJ-e, na pessoa de seu advogado constituído (artigo 677, prg. 3º, do CPC/2015), para eventual apresentação de resposta, no prazo de quinze dias (artigo 679, do CPC/2015);

e) a produção de prova documental consistente nos documentos anexos e outros documentos novos que venham a ser doravante obtidos pelo embargante, bem como a designação de audiência de instrução e julgamento, para que seja produzida prova oral consistente na oitiva de:

- dados da testemunha

f) o julgamento de procedência destes embargos do devedor, para desconstituir a penhora incidente nos direitos sobre o **automóvel _____, ano _____, placa _____**; e

g) por fim, sugere-se que, caso a parte embargada reconheça a procedência do presente pedido e deixe de contestar a demanda, esta seja isenta do pagamento dos ônus sucumbenciais (custas e honorários advocatícios), em prestígio ao princípio da causalidade, pois, considerando que o bem penhorado ainda consta em nome do executado porque o seu alienante (executado) e a parte adquirente (embargante) não promoveram o registro da transferência junto aos órgãos competentes, o exequente, ao promover o pedido de penhora ora questionado, não sabia e nem tinha motivos para saber que, antes mesmo do registro da penhora, o executado havia alienado o bem ao embargante.

O valor atribuído à causa corresponde ao valor do bem penhorado: .

Termos em que pede deferimento.

Brasília - DF, 23 de agosto de 2023.

Executado(a)

DEFENSOR PÚBLICO

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
DÉCIMA QUINTA VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO
JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA-DF

Autos nº. 2006.01.1.106792-6

TIAGO BARROS DA SILVA, brasileiro, casado, filho de Celso Ferreira da Silva e de Cipriana Francisca de Barros, portador do RG n. 170.698.60 PCMG-MG e do CPF/MF n. 108.164.876-77, domiciliado na Rua 44, Lote 291, Centro, São Sebastião/DF, CEP: ignorado, telefone(s): 98342-1321 e 99991-2306, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, que lhe representa no processo principal (v. acima), vem à presença de Vossa Excelência, comunicar o oferecimento, nesta data, em 'ação' autônoma, de **EMBARGOS DE TERCEIRO**, em autos apartados, solicitando, desde já, que seja determinada por Vossa Excelência a suspensão do processo no tocante aos atos de execução e disposição sobre o bem objeto da penhora embargada (**automóvel Fiat Pálio Fire, ano 2003, placa MPB-4252**).

Brasília - DF, 23 de agosto de 2023.

Danniel Vargas de Siqueira Campos

DEFENSOR PÚBLICO